A adoção da *Cartilha Maternal* na Instrução Pública gaúcha[1]

Iole Maria Faviero Trindade

Resumo

Este estudo objetiva analisar a adoção da *Cartilha maternal,* de autoria do poeta português João de Deus, através do exame dos relatórios da Instrução Pública produzidos entre o final do século XIX e início do século XX (1890-1930) no Rio Grande do Sul. Esses relatórios apresentam a *Cartilha maternal* como *o livro por excellencia dos meninos da escola,* **a partir do entendimento de que a mesma** satisfaz as exigências do ensino, de acordo com as doutrinas da época. Cabe observar que tal análise terá como referência os Estudos Culturais e as contribuições da análise pós-estruturalista de Foucault, que **enfatiza** o caráter *construtivo* da linguagem. A adoção dessa cartilha e de outras adotadas na época, visibiliza a diversidade de doutrinas e métodos, bem como a aspiração por uma orientação pedagógica moderna, com a escola pública **se inserindo no projeto político** do governo republicano gaúcho.

Palavras-chave: cartilhas, discursos e Estudos Culturais.

Abstract

This study aim at analizing the adoption of *Maternal primer*, written by the Portuguese poet João de Deus, through the investigation of Public Education reports made at the end of the XIX century and beginning of the XX century (1890–1930) in Rio Grande do Sul. Those reports present the *Maternal primer* as *a book of excellance of the school's boys*, based on the awareness that it accomplishes the teaching demands, according to that time ideology. It is important to point out that this analysis will make reference to the Cultural Studies and the contribuions of Foucault´s post-structuralist analysis, which emphasises the *constructive* feature af the language. The adoption of the Primer and other ones that were used at that time, show both the deversity of ideologies and methods and target an updated pedagogical orientation, having the public school taking part into the political project of the gaucho´s republican government.

Key-words: primers, discourses and Cultural Studies.

[1] Estudo apresentado no *I Congresso Brasileiro de História da Educação - Educação no Brasil: história e historiografia,* promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação, em novembro de 2000. Este trabalho integra o projeto de pesquisa "Cartilhas, discursos e representações", apoiado pela PROPESQ/UFRGS e pelo CNPq (nº 520810/98-8 e 200674-00.5), que originou a tese "A invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, nacional e mestra: queres ler?", a ser publicada pela Editora da Universidade de São Francisco(EDSUF), em 2002, como obra integrante da Coleção Estudos CDAPH, Série Historiografia.

Em busca dos começos

Tendo por referência os Estudos Culturais, ao analisar as orientações de adoção da *Cartilha maternal* do autor português João de Deus, presentes nos relatórios da Instrução Pública do Rio Grande do Sul no período de 1890 a 1930, estarei considerando tanto os próprios relatórios, quanto essa cartilha, e outras citadas nos relatórios, como artefatos culturais. Pretendo discutir como tais cartilhas e os métodos que as orientavam eram posicionadas/os em uma cadeia de produção cultural.

Iniciarei essa discussão buscando visibilizar como se deu a instalação da Primeira República no Rio Grande do Sul, isto é, como os discursos do governo republicano gaúcho podem ser significados através da palavra escrita nas páginas dos relatórios, valorizando por quase todo esse período uma cartilha portuguesa como um dos instrumentos necessários à instalação e reconhecimento desse tipo de governo de Estado. Para tanto, teremos a presença das *vozes impressas* daqueles/as que eram responsáveis pela orientação política e pedagógica da instrução gaúcha à época: Inspetor Geral Manoel Pacheco Prates; Inspetores das sete regiões do nosso Estado; Conselhos e Comissões responsáveis pelo exame das obras pedagógicas[2]; Missões da Escola Complementar de Porto Alegre em viagem de estudos ao Uruguai; Diretores da 3ª Diretoria Aurélio Virisssimo Bittencout e Fernando Gama[3]; Diretor Geral da Instrução Julio Lebrun; Secretários de Estado João Abbott e Protásio Alves, entre outras. Essas vozes se fazem

[2] Até 1896, o exame, aprovação e adoção de livros didáticos estava ao encargo do Conselho Diretor de Instrução (Atas, 1890). Em 1897(Decreto nº 89), tal Conselho foi denominado de Conselho Escolar. Esse órgão também sofreu alteração na sua constituição, deixando de ser formado pelos professores da Escola Normal para ser constituído pelos Inspetores Regionais, presididos pelo Inspetor Geral da Instrução, os quais se reuniam anualmente, no final de dezembro, para o exame e adoção de obras didáticas, além de outras deliberações, como "reformas e melhoramentos do ensino". A partir de 1906 (Decreto nº 874), o Conselho de Instrução passa a ser constituído do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior, do Secretário da Fazenda e do Inspetor Geral da Instrução Pública, sob a presidência do primeiro. Em 1921 (Decreto nº 2.732), é criada uma Comissão Permanente para o Exame das Obras Pedagógicas. Esta é composta pelos professores do curso superior da Escola Complementar, sob a presidência do respectivo diretor, cabendo ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior adotar ou não as obras propostas. Em 1927, um novo regulamento da Instrução Pública (Decreto nº 3.898) determina que essa Comissão será composta por professores da Escola Complementar da capital, sob a presidência do Diretor Geral da Instrução ou, na falta, por quem o Secretário de Interior designar, cabendo a este último adotar ou não as obras, a partir de parecer fundamento da Comissão.

[3] Houve reorganização no serviço relativo à instrução no ano de 1911 (Decreto nº 1746) com a supressão do lugar de Diretor Geral e o pessoal que servia na Secretaria passou a constituir a 3ª Diretoria da Repartição Central, à qual ficou afeto todo o serviço relativo à Instrução, feito até então pela 2ª Diretoria. Tal reorganização ocorreu a partir da saída do Inspetor Geral Manoel Pacheco Prates, a qual foi justificada por Protásio Alves, Secretário de Estado, informando que o Inspetor Geral se havia afastado por ser mais útil *em outra honrosa funcção fóra do Estado* (Relatório, 1911, p. VII).

presentes a cada relatório anual da Secretaria dos Negócios do Interior e do Exterior.

Além dos sujeitos e órgãos citados, são também seus interlocutores os Presidentes de Estado Júlio Prates de Castilhos, Antonio Augusto Borges de Medeiros, Carlos Barbosa Gonçalves, Salvador Ayres Pinheiro Machado (respondendo interinamente) e Getúlio Vargas. Sabemos que os diferentes lugares ocupados por esses sujeitos na instrução pública do governo republicano gaúcho da Primeira República são determinantes para a produção de certos discursos e para a interação que se estabelece entres eles. Em vista disso, o jogo discursivo que se estabelece entre esses interlocutores pode ser pensado através das seguintes questões (Osakabe apud Geraldi, 1993, p. 67-68) – *Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para eu lhe falar assim? Quem sou eu para que ele me fale assim? Quem é ele para que ele me fale assim?* -, considerando as posições que ocupam e as formações imaginárias que se constituem nesse processo interacional.

Considerando que os Estudos Culturais se valem de uma *bricolage* de campos do conhecimento e de metodologias de pesquisa, neste texto privilegiarei as contribuições da análise pós-estruturalista de Foucault, que enfatiza o caráter *construtivo* da linguagem. Assim, os discursos serão vistos como artefatos construtivos de novas formações, comunidades e identidades culturais.

Interessa a esse estudo analisar como uma vontade de verdade - a da implantação da República no nosso Estado - apoiada sobre um suporte institucional - o do serviço de Instrução Pública - é atravessada por uma multiplicidade de discursos e exerce uma espécie de pressão e poder de coerção social, a partir da escolha e adoção de determinadas obras didáticas e da busca da *unidade* de métodos e doutrinas. Para dar conta de tal reorganização política existiam os discursos que eram reconhecidos como *verdadeiros* à época, bem como aqueles sujeitos que eram considerados qualificados para enunciá-los. Ou seja, determinados rituais definiam a qualificação que deviam possuir os indivíduos que falavam e as posições que ocupavam na ordem do discurso (Foucault, 1998, p. 39).

A república de livros, métodos e doutrinas

Ao refletir sobre os objetivos do ensino primário, Manoel Pacheco Prates, o Inspetor Geral da Instrução, no relatório de 1896, retoma a discussão do valor dado à instrução pelo governo republicano para o exercício do voto, considerando este como o mais elementar e o mais

importante dever do cidadão livre, por ser a maneira de cada um influir na direção dos negócios públicos. Estamos, assim, diante de um discurso de valorização de um tipo de liberdade, isto é, não mais a das repúblicas *antigas* de Atenas, Roma e Esparta, da participação coletiva do governo, mas da liberdade *moderna*, em que a participação se dá pela sua representação (Carvalho, 1990). A ignorância que adviria da falta de escolarização é considerada pelo Inspetor Geral como permanente ameaça e possível causa de perturbações sociais para uma forma de governo como a república.

> "Como a educação pública significava acima de tudo formar almas (idem, p. 11), o movimento de renovação da escola primária representava mais do que sua difusão no meio popular e a conseqüente democratização do acesso à leitura e à escrita, pois representava também a implantação de uma instituição educativa comprometida com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade. Além disso, eram precárias as condições do ensino público" (Souza, 1998, p. 34).

De fato, no final do século XIX, a universalização do ensino primário era um fenômeno consolidado em muitos países europeus e nos Estados Unidos da América. No bojo desse processo, a escola primária foi (re)inventada: novas finalidades, uma outra concepção educacional e uma outra organização do ensino. O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional cedeu lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação (Souza, 1998).

Assim, a discussão de métodos, doutrinas e cartilhas, entre outros livros, a serem adotados na Instrução Pública gaúcha insere-se em um movimento de projetos republicanos que foram instituídos à época. Foucault (1998) sugere que a história, como é praticada hoje, alarga o campo dos acontecimentos, descobrindo neste novas camadas, mais superficiais ou mais profundas. Propõe ainda que os acontecimentos discursivos sejam tratados como séries homogêneas, mas descontínuas. Ao trazer determinadas informações contextuais, estamos pretendendo *articular a grande superfície dos discursos* (Foucault, 1986, p. 89).

Conforme dados dos primeiros censos realizados no Brasil, observa-se a ocorrência de uma porcentagem de população livre que sabia ler e escrever de 26 % na província do Rio Grande do Sul, em 1872 (Alencastro, 1997, p. 475), e de 31%, em 1890, chegando o percentual de alfabetizados a 47% e 55%, nos censos das décadas de 1920 e 1940 (Ferrari, 1991, p. 8). O

crescente alfabetismo verificado com o advento da República comprova, assim, os efeitos do projeto republicano. Vejamos, então, que estratégias foram usadas para implementar o projeto republicano gaúcho na Primeira República, bem como as interdições, compensações e modificações por que passaram.

Na seção *Livros escolares*, o Inspetor Geral aponta algumas das cartilhas que vêm sendo usadas, procedendo à análise de cada uma delas e subordinando esse exame à unidade de método e de doutrina. Também critica a existência de *contrafacções* da *Cartilha maternal*, na medida em que cartilhas que ele considera que possuam orientações diversas, eram adotadas concomitantemente na Instrução Pública gaúcha. Prates (Relatórios, 1986, p. 302) enumera algumas dessas obras e seus autores, como *Cartilha maternal*, de João de Deus; *Cartilha nacional*, de Hilário Ribeiro; *Primeiro livro de leitura*, de Abílio César Borges; Ubatuba[4] e *Primeiro livro*, de Samorim Gustavo de Andrade.

O Inspetor Geral considera, ainda, que excluindo algumas afinidades existentes entre a *Cartilha maternal* e a *Cartilha nacional* (porque esta é avaliada por ele como uma inconveniente *contrafacção* daquela), essas obras se repelem pela profunda diversidade de doutrinas e métodos. Julga grave essa falta de unidade, identificando-a, inclusive, como falta de sentimento nacional do Conselho de Escolar que à época avaliava e escolhia os livros a serem adotados na Instrução Pública gaúcha. Apresento a seguir literalmente suas impressões.

> "Se esta grave falta de unidade de doutrina e até de sentimento nacional tão lamentavelmente manifestada nas decisões do conselho, não for neutralisada pelo prudente uso das atribuições conferidas ao director geral no § 9° do artigo 4° do regulamento, jamais se realizará entre nós a unidade de ensino, reconhecida hoje como necessidade da vida dos povos cultos."[5] (Relatórios, 1896, p. 303).

Podemos constatar, mais uma vez, que o sistema de ensino abriga grandes procedimentos de sujeição do discurso por meio da adoção de cartilhas e métodos de ensino, ao mesmo tempo em que se depara e se cruza com regulações de caráter orçamentário e legal, criadas pelo próprio Estado,

---

[4]Maiores referências a esse autor encontrei em uma das atas das sessões do Conselho Diretor de Instrução. Um dos primeiros livros examinados por esse Conselho, já no regime republicano, corresponde ao silabário de Arthur Trajano Ubatuba (Atas, 1891, p. 189).

[5] Será respeitada a ortografia da época.

as quais dificultam ou viabilizam o desenvolvimento de determinações de caráter pedagógico e político, como veremos a seguir.

Nesse mesmo relatório, o Inspetor Geral explica o motivo que o impede de retirar alguns livros da relação daqueles que são adotados – o impedimento vem do contrato de fornecimento celebrado desde 1891 e que vigora, ainda, em 1896. Ao reconhecer, nesse mesmo relatório, que os livros de Hilário Ribeiro são adotados pela maioria dos/as professores/as, Manoel Pacheco Prates conclui que dessa forma, pelo menos, a unidade de método e doutrina está garantida.

A "invenção" da unidade de métodos e doutrinas

Para baratear o custo da *Cartilha maternal* (a obra ainda era importada de Portugal nesse período), o Inspetor Geral indica no relatório de 1896 que pretende *substituir durante os primeiros tempos escolares o primeiro livro por mappas muraes, só consentindo que seja entregue o livro á criança, quando esta se puder utilizar d'elle* (Relatórios, 1896, p. 303). Diz, ainda:

> "Tenho observado que as crianças inutilisam quatro exemplares deste livro antes de aprendel-o, ao passo que os mappas se conservam por muitos annos. Assim, além de economica, é esta medida exigida pela moderna pedagogia; dela depende a definitiva implantação nas nossas escolas dos modos de ensino simultâneo e mixto, os unicos que a escola publica póde empregar; e além disso são os regulamentares conforme estatúe o artigo 54 do regulamento." (idem).

Desejamos entender, por conseguinte, como a relação entre a unidade – uso de uma cartilha e método oficiais - e a diferença – uso de uma diversidade de cartilhas e métodos - é estabelecida no/pelo discurso. Talvez possamos compreender a complexidade da ação de uma instituição como o Estado, que condensa costumes sociais muito diferentes e os transforma em normas de funcionamento, se aceitarmos que a diferença não deve ser substituída pela unidade, mas que ambas devem ser tratadas em torno de um novo conceito: articulação (Hall, 1998). Ampliando a discussão, Slack (1996) considera a articulação como uma forma de pensar e decompor fragmentos daquilo que tomamos como se fossem unidades e rearticular esses fragmentos de novos modos.

A *Cartilha maternal* (Deus, 1876) foi escrita pelo poeta português João de Deus (1830-1896) em substituição aos abecedários usados à época, sendo publicada pela primeira vez em 1876 (Deus, 1876), permanecendo

editada e utilizada até hoje em escolas portuguesas (Deus, 2000). Tornou-se conhecida no Brasil desde o final da década de 1870, através de sua divulgação e uso por professores reconhecidos como positivistas. Um deles, Zeferino Candido, relaciona o *Método João de Deus* e a *Cartilha maternal* com a lei dos três estados da filosofia positivista *comtiana.* Candido (apud Magnani, 1996, p. 39-40) avalia que o processo de leitura, na sua "evolução histórica", passou por três estados: *foi theologico na soletração, tornou-se metaphysico na syllabação, e é finalmente positivo ou scientifico na palavração. Essa ultima fase foi inaugurada pela cartilha maternal.*

No relatório de 1897 nova menção à *Cartilha maternal* e ao *Método João de Deus* é feita, quando são apresentadas as instruções para a elaboração dos programas das escolas elementares e dos colégios distritais que farão parte do Decreto nº 239, de 5 de junho de 1899 . Destaco três dessas instruções:

> "III - É adoptado o methodo intuitivo e pratico, começando pela observação dos objectos simples para elevar-se depois á idea abstracta, á comparação, á generalisação e ao raciocinio, vedando-se qualquer ensino empírico fundado exclusivamente em exercicios de memoria.
> IV - Será empregado de preferencia o modo simultâneo, sendo as lições dadas directamente aos alumnos pelo professor, que terá sempre em vista o adiantamento geral e uniforme da classe.
> V - As lições de leitura serão dadas á primeira secção da primeira classe na fórma do artigo anterior, em mappas muraes, pelo methodo de João de Deus." (Relatórios, 1897, p. 406).

Ao retomar a análise dos livros escolares e da atuação do Conselho Escolar no relatório de 1897, o Inspetor Geral Manoel Pacheco Prates lança algumas sugestões para solucionar o problema da diversidade de livros, como a instalação de uma comissão para examinar os que estão em uso para dar parecer fundamentado sobre aqueles que julgar "mais" em condições de serem adotados, privilegiando a unidade de doutrinas e métodos. Continua a criticar a existência de *contrafacções* da *Cartilha maternal* e as conseqüências da diversidade de livros por julgar que *todas, visando somente o escôpo mercantil, deturpavam o maravilhoso invento* (Relatórios, 1897, p. 410). O preço de importação da cartilha portuguesa e o seu custo editorial forçavam a que, não só no Rio Grande do Sul, mas em todos os estados da União fossem distribuídas *contrafacções* dessa cartilha, consideradas como *maus livros*. Prates chega a cogitar a possibilidade de poder adquirir uma edição mais barata da cartilha e dos murais que a acompanham, negociando diretamente com a família de João de Deus. Aventa, ainda, a possibilidade de usar os mapas murais para as crianças da

primeira seção e a cartilha seria distribuída na segunda seção da primeira classe, enquanto cada professor/a receberia um exemplar da obra com todas as explicações. Vejamos como o próprio Prates argumenta sobre essas questões em seu relatório para João Abbott, Secretário de Estado,

> "Reitero o que sobre este assumpto tive a honra de dizer vos em meu relatório do anno passado. Continúa o mesmo mal; penso, porém, tomar serias providencias a respeito na proxima reunião do conselho escolar, porque pretendo nomear uma commissão de membros daquella corporação para examinar os livros em uso e dar parecer fundamentado sobre os que julgar mais em condições de serem adoptados. Nessa escolha se terá em vista a unidade da doutrina e os methodos.
> Impressionado com as péssimas consequencias da diversidade de livros escolares de que vos falei no meu relatorio do anno passado, tomei a resolução de dirigir-vos officio n. 266, de 3 de abril do corrente anno, no qual eu ponderava que desde que fôra publicada a primorosa e inimitavel Cartilha Maternal do inolvidavel João de Deus, começaram a aparecer as contrafacções, com grande prejuizo para o ensino, porque todas, visando somente o escopo mercantil, deturpavam o maravilhoso invento.
> Infelizmente estas contrafacções (como sempre sóe acontecer) repelliram do mercado brazileiro a grandiosa obra do grande homem; e o nosso Estado, como todos os da União, tem sido forçado a distribuir pelas escolas publicas as referidas contrafacções. Penso, porém, que podemos conseguir emancipar o ensino desses maús livros." (Relatórios, 1897, p. 410-411).

Como é possível observar, a busca da unidade através da adoção de uma cartilha e de determinados métodos é perseguida ano a ano, seguida da discussão dos possíveis impedimentos.

Como se posicionam os interlocutores

A co-existência de uma multiplicidade de discursos na Instrução Pública gaúcha, entre 1890 e 1930, permite-nos também a identificação de múltiplos sujeitos do discurso. É possível verificar outras vozes que se somam e/ou diferenciam da voz do Inspetor Geral Manoel Pacheco Prates ao tomarem a palavra a cada relatório, como as dos Inspetores Regionais e as de outros governantes. Geraldi (1993, p. 56) observa que *a defesa dos processos interacionais como lugares de constituição destes universos*

discursivos não quer dizer a existência, nas situações materiais concretas de uma formação social, de uma harmonia, de uma simetria, de uma igualdade.

A unidade da escolha de livros escolares para adoção, a ser privilegiada pelo Conselho Escolar, é discutida novamente por Prates em seu relatório de 1898, que questiona a decisão de seus membros de terem excluído algumas obras, ao mesmo tempo em que reconhece que as obras adotadas deram unidade ao ensino.

> "É certo que a comissão e afinal o Conselho excluiram, sem justificar, da biblioteca escolar, alguns livros que della podiam fazer parte sem inconveniente de qualquer ordem; mas é tambem certo que, devido aos trabalhos da commissão, ficou até aquella data estabelecida a por mim desejada unidade, que, infelizmente, foi posteriormente quebrada por ulteriores deliberações do Conselho. Asseguro-vos, porém, que essa unidade será por mim mantida com o uso da attribuição que me confere o n.6 do artigo 10 do regulamento de 2 de fevereiro. N'este sentido elaborei o regimento interno das escolas elementares e expedi as instrucções que tive a honra de enviar-vos com os programmas do ensino elementar e complementar. Muitas obras didacticas de grande valor foram approvadas pelo Conselho e por mim adoptadas." (Relatórios, 1898, p. 473).

Assegura o Inspetor Geral que a unidade será mantida, com a elaboração do regimento interno das escolas elementares e programas do ensino elementar e complementar, a partir dessas instruções legais. Em uma situação como essa, os procedimentos de controle e de delimitação do discurso passam a ser exercidos de diferentes formas (Foucault, 1998, p. 9). Como não se tem o direito de dizer tudo, tampouco falar tudo em qualquer circunstância e nem qualquer um pode falar de qualquer coisa, observamos nas deliberações do Conselho Escolar sobre as obras a serem adotadas e nas determinações do Inspetor Geral um jogo de interdições que se cruzam, ou reforçam, ou compensam e não cessam de se modificar.

José de Penna Moraes, Inspetor da 4ª região, ao discutir os métodos em geral, em relatório anual enviado ao Inspetor Geral, referente a sua região, analisa também os métodos de leitura praticados nas escolas e reverencia o autor português e sua cartilha.

> "Pois bem: são ainda os methodos defeituosos das soletrações que deturpam os noveis raciocínios ainda em formação, diversificando d'esta maneira a linguagem fallada da linguagem escripta, em vez de iramanal-as, visto não ser esta mais do que a representação symbolica daquella, segundo afirma o douto

> mestre [referindo-se a João de Deus] e a observação dos factos detidamente feita; são esses, repetimos, os methodos adoptados para ensinar a ler na maior parte das nossas escolas." (Relatórios, 1898, p. 547).

A falta de unidade de métodos e livros adotados, assim como a variedade dos mesmos, reaparece mais uma vez como um dos motivos do mau desempenho dos alunos e da escola, agora, no relatório do Inspetor da 5ª região, Manoel Pinto da Costa Brandão Junior, em 1898. Entre outras dificuldades, esse Inspetor Regional atribui à "profunda diversidade de doutrina e método dos livros que, até pouco tempo eram fornecidos ás escolas públicas" (Relatórios, 1898, p. 555), a causa, por conseguinte, de em algumas escolas os alunos não apresentarem os resultados esperados, ao mesmo tempo, em que reconhece o esforço feito pelo Inspetor Geral para remediar esse *mal* (idem). Já o Inspetor da 6ª região, Manoel Ignácio Fernandes, de uma parte, argumenta que *o methodo intuitivo, o mais racional, reclama egualmente o simultaneo; e a isto se oppõe a grande variedade de livros que vejo empregar-se nas aulas elementares* (Relatórios, 1898, p. 563), concordando, então, com o Inspetor Geral. De outra parte, esse mesmo Inspetor Regional, sugere, em seu relatório, o uso do *Primeiro livro de leitura*, de Samorim de Andrade, evidenciando, assim, que membros do Conselho Escolar também se posicionam de forma diversa às orientações do Inspetor Geral. Cabe destacar que, a partir de 1897, com a instituição do Conselho Escolar, eram os próprios inspetores regionais os membros desse órgão governamental.

O fornecimento *exclusivo* da *Cartilha maternal* é referido por Manoel Pacheco Prates, como possibilidade viável, após conseguir, o barateamento de sua edição, com a exclusão do guia. Ante essa possibilidade, exulta o Inspetor Geral em seu relatório para João Abbott, Secretário de Estado,

> "Creio que para o anno vindouro poderemos realisar vosso elevado e generoso desideratum emquanto ao fornecimento exclusivo da primeira 'Cartilha Maternal' do inolvidavel João de Deus.
> Como sabeis o que repelli do nosso mercado esse excellente livro e o que nos obrigava a fornecer ás escolas as contrafacções, era o alto preço da Cartilha. Encareci-a pelas longas e importantes explicações aos mestres. Agora apparece aquelle inimitável livrinho sem as referidas explicações, podendo ser vendido em grande quantidade, talvez pelo preço das contrafacções . Assim, pretendo adquirir uma Cartilha com as explicações para cada professor, uma colleção de mappas muraes

> para o ensino da leitura, para cada escola, e ás crianças, depois de aprenderem os rudimentos de leitura, serão fornecidas as Cartilhas como actualmente estão sendo impressas.
> Desde muito que me esforço para substituir em nossas escolas, durante os primeiros tempos, o livro pelo mappa mural para o ensino da leitura". (Relatórios, 1899, p. 14).

Podemos observar, com base nos dados presentes no relatório de 1899, que essa cartilha tivera uma distribuição irrelevante no ano de 1898, se comparada a cartilha de Samorim de Andrade. Entre os livros e demais materiais escolares nomeados no mapa anual de fornecido às aulas públicas, aparecem somente duas cartilhas – a *Samorim* e a de *João de Deus* (assim identificadas), sendo a quantidade recebida de cada uma delas, respectivamente, 18.120 e 50, e distribuídas, 8.586 e 5, ficando, portanto, no almoxarifado, um total de 9.584 da primeira, e de 45, da segunda.

A busca dos começos dos discursos pode nos auxiliar a assinalar as diferenças. Desse modo, *os detalhes e acidentes que acompanham todos os começos* (Foucault apud O'Brien, 1992, p. 49) interessam a esse estudo. Ou seja, as diversas estratégias usadas pelo governo para a implementação da instrução pública passaram por inúmeros percalços, surpresas e sobressaltos, sendo, em muito, construídas a partir das contingências.

A "invenção" das similaridades de métodos e doutrinas

Ao longo dos relatórios, são feitas referências ao método intuitivo ou lições de coisas. O discurso da unidade de livros a serem adotados articulava-se com o de uso do método intuitivo, constituídos por vontades de verdade de caráter político e científico. Foucault (1998) observa que as grandes mutações científicas podem também ser lidas como novas formas de vontade de verdade e que essas vontades de verdade apóiam-se sobre um suporte institucional, sendo, ao mesmo tempo, reconduzidas por todo um compacto conjunto de práticas como a própria pedagogia, o sistema de livros, os laboratórios, etc. Ressalta, ainda, que toda vontade de verdade *é também reconduzida, mais profundamente, sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído* (idem, p. 17).

Poderíamos reconhecer como a própria materialidade do discurso a respeito do método intuitivo as justificativas apresentadas para a criação de bibliotecas escolares equipadas com todo um complexo conjunto de materiais escolares. Aurelio Virissimo de Bittencourt, no relatório de 1900,

endossa o pedido de Manoel Pacheco Prates, de criação de pelo menos uma biblioteca, acrescida de todos os modernos aparelhos necessários ao ensino intuitivo e experimental. Retoma Prates argumentos que usou em relatório anterior (1899) para João Abbott,

> "Reitero aqui as ponderações que tomei a liberdade de fazer-vos em meu último relatório sobre a necessidade da creação de uma pequena e bem escolhida biblioteca peculiar ao ensino primario, onde não só o pessoal administrativo, mas tambem os professores estudiosos possam adquirir sólidos conhecimentos e robustecer sua competencia profissional, afim de melhor cumprirem seus deveres.
> Esta bibliotheca deve constar das principais obras concernentes á instrucção e dos modernos e múltiplos apparelhos para o ensino intuitivo e experimental." (Relatórios, 1900, p. 387).

Nesse mesmo relatório (1900), o Inspetor Geral pondera mais uma vez sobre a dificuldade de fornecer a *Cartilha maternal*, reconhecendo que os livros distribuídos, *Primeiro* e *Segundo livro,* de Samorim de Andrade, não satisfazem as exigências do método ordenado por lei. Sugere o uso limitado de *certos* livros que, por terem um preço mais elevado, podem ser substituídos por *similares*, mais acessíveis.

> "Por motivos que vos são conhecidos, ainda não me foi possível distribuir pelas nossas escolas, exclusivamente, a "Cartilha Maternal" de João de Deus.
> É certo que o livro actualmente fornecido não satisfaz as exigências do methodo ordenado pela lei, mas emquanto não desapparecerem as razões apontadas em outros relatórios, ou emquanto não tivermos outro primeiro livro que mais se approxime daquelle methodo, estamos forçados a distribuir pelas nossas escolas os actuaes 1° e 2° livros de Samorim.
> Logo, porém, que me seja possível, de accôrdo com a lei, cumprirei vossas ordens a respeito, fazendo a substituição lembrada.
> Preocupado com sucessivo augmento no preço de certos livros escolares, ponderei aos srs. Inspectores regionaes a conveniencia de restringir a poucas escolas o fornecimento desses livros que, além de caros, são superiores ás exigências da maior parte das nossas escolas; e, por isso, podem ser vantajosamente substituidos por outros similares mais baratos e que estão adoptados.
> Confio no zelo e franca dedicação dos inspectores regionaes aos legítimos interesses da nossa terra; por isso tenho certeza de que já na formação dos pedidos e já no Conselho me fornecerão

> meios de salvaguardar os interesses do Estado, que não póde estar adstricto á vontade dos particulares" (Relatórios, 1900, p. 384-385).

Temos aqui um redimensionamento do discurso sobre a *Cartilha maternal*, pois certas *contrafacções* da mesma passam a ser vistas como *similares* e não mais como *contrafacções inconvenientes*. Essas novas conexões ou rearticulações dependem de condições concretas de existência para que apareçam de alguma maneira e podem ser desarticuladas conforme determinadas circunstâncias (Hall, 1998, p. 30-31).

Podemos constatar, ainda, o quanto a aquisição da Cartilha maternal *e de todo o equipamento* necessário *ao ensino intuitivo dependiam de determinadas limitações de caráter econômico; logo, cabia, em muito, ao Inspetor Geral Manoel Pacheco Prates reivindicar tais aquisições. Aurélio Virissimo de Bittencourt, Diretor Geral da 3ª Diretoria, observa, no relatório de 1902, que o* inspector geral insiste, a justo motivo, pela creação há tanto acariciada da bibliotheca escolar e techinica e pelo fornecimento de alguns aparelhos destinados ao ensino intuitivo e experimental *(Relatórios, 1902, p. 14). Por sua vez, Prates retoma mais uma vez a discussão em torno da compra da* Cartilha maternal, *feitas em relatório anterior (1900), buscando relembrar as dificuldades de sua aquisição ante outras cartilhas similares, com um preço mais acessível, ao mesmo tempo que indica a adoção de uma outra cartilha, que, pela sua argumentação, parece se aproximar mais do método oficial.*

> "Ainda no anno passado vos ponderei que por motivos de ordem econômica, era-me impossível fornecer ás escolas a 'Cartilha Maternal', de João de Deus. Tenho diversas vezes dito que o livro actualmente fornecido não satizfaz as exigências do methodo ordenado pela lei; mas emquanto não desapparecerem as razões apontadas em outros relatorios ou emquanto não tivermos outro livro que mais se aproxime do methodo legal, estamos forçados a distribuir pelas nossas escolas actuaes 1° e 2° livros de Samorim.
>
> Dizia-vos eu, então, que logo que me fosse possivel, de acordo com a lei, cumpria as vossas ordens, fazendo a substituição lembrada.
>
> No fim do anno passado, appareceram no mercado a 'Cartilha Primária' e o 'Segundo Livro' pelo methodo João de Deus, por um professor rio-grandense.
>
> Com auctorisação do Conselho, distribui, como experiência, pelas escolas, estes dois livros, recomendando a diversos professores competentes que me communicassem os resultados obtidos com os referidos livros.

> Deixo de manifestar-me sobre o merecimento dessas obras por não terem ellas sido ainda definitivamente aprovadas pelo Conselho Escolar.
> Abstrahindo do ensino da lettra manuscripta, a 'Cartilha Primaria' adoptou ou procurou adoptar o methodo de João de Deus aos usos e costumes da língua portugueza fallada no Brazil" (Relatórios, 1902, p. 212-213).

Sobre a atuação do Conselho Escolar, Prates manifestou o acolhimento deste às suas solicitações na escolha de livros, privilegiando edições mais acessíveis.

> "Alguns trabalhos didacticos foram apresentados ao exame e parecer do Conselho; a maior parte, porém, destes trabalhos não foram aprovados, uns por não parecerem convenientes ás nossas escolas publicas, outros por terem sido apresentados de modo a não poderem ser examinados de accordo com as condições que devem reunir um trabalho didactico destinado á educação e á instrucção da infância.
> O Conselho compreendendo patrioticamente o complexo dever decorrente do cargo que exerço, tomou acertadas medidas no sentido de habilitar o Inspector Geral da Instrucção Publica a attender as necessidades do ensino com o menor encargo possível para o Thesouro do Estado" (Relatórios, 1902, p. 217).

Em relação à idéia predominante de que a unidade de orientação do ensino primário devesse ser conduzida pelo governo republicano gaúcho, julga o Inspetor Geral,

> "(...) os grandes pensadores modernos sustentam que a instrucção primaria deve ser uniforme em direcção, orientação e methodo, e que um systema tal de educação, racionalmente applicado póde, dentro de certos limites, modificar as condições sociais de um povo e, portanto, alterar de um modo sensível o curso e seguimento de sua história." (Relatórios, 1905, p.187).

Mesmo com a adoção de obras similares e de menor preço, a *Cartilha maternal* e o *Método João de Deus* ainda continuam sendo referência, assim como há a pretensão de adquiri-los e distribui-los às aulas públicas, pois em 1907, Protásio Alves, Secretário dos Negócios do Exterior e Interior, ao discutir o trabalho que vem sendo desenvolvido na escola complementar de Porto Alegre, assegura:

> "As escolas complementares são excellentes estabelecimentos de instrucção.

> *A que foi localisada em Porto Alegre, dotada de casa propria e de outros melhoramentos, que espero em breve ver realisados, será verdadeira escola modelo.*
> Estão já encommendados apparelhos apropriados para que tenha o mais completo cunho concreto o ensino.
> *O illustrado director, logo que receber os mappas muraes, iniciará pessoalmente o ensino da leitura ás classes elementares pelo methodo classico de João de Deus incomparável quando bem applicado, o que até agora não se tem feito.*
> Essas lições serão assistidas pelos alumnos do curso superior, que se destinam ao magisterio e vão ás aulas aprender a technica magistral". (Relatórios, 1907, p. 11)

No mapa do fornecimento às escolas públicas de 1907 a 1908, aparece como livro de alfabetização, com distribuição para todas as escolas, somente a *Cartilha primária,* que seria uma outra *contrafacção* da *Cartilha maternal* (Relatórios, 1908). Já o *Primeiro livro de leitura*, de Samorim de Andrade, continua sendo adquirido pelo Estado, como consta nas despesas com fornecimento apresentadas no relatório de 1912 (p. 229).

Em 1912, Protásio Alves define determinadas condições para a concorrência do fornecimento de livros didáticos. Sugere que esses livros de leitura formariam uma série graduada, da qual o *Primeiro livro* serviria de *ponte de passagem do Método de João de Deus para exercicios mais difficeis* (Relatórios, 1913, p. VI-VII).

Questionando algumas vontades de verdade

No relatório de 1914, de Fernando Gama, respondendo pela 3ª Diretoria da Repartição Central, encontramos os nomes de futuras autoras de cartilhas, como Olga Acauan e Branca Diva Pereira, alunas mestras da Escola Complementar que estão concluindo o curso nesse ano, além dos nomes de professores do Curso Complementar e Elementar, que também são autores de cartilhas, como Henrique Emilio Meyer e Affonso Guerreiro Lima (p. 135-136). Esse mesmo relatório informa que, no ano de 1913, uma Missão de Professores/as da Escola Complementar de Porto Alegre viajou à capital uruguaia para conhecer o trabalho lá desenvolvido no ensino elementar e complementar. As impressões recebidas durante o tempo em que visitaram as escolas uruguaias são relatadas por essa Missão, que informa em um dos seus relatos: *o método empregado para o ensino em geral é, como entre nós, o analítico-sintético, exceto na leitura* (p. 169), exaltando a superioridade do método de leitura legalmente adotado entre

nós, o de João de Deus, avaliado como *insubstituível* (idem). Em outro relatório parcial, tal Missão descreve o método de leitura usado em uma das aulas de uma das escolas visitadas. Identifica-o como *phonetico (analytico-syntetico), servindo o professor de quadros parietaes e de livros* (p. 177). Julga, por fim, que não é *methodo novo* e já foi combatido com grande superioridade pelo de João de Deus, método que, mais do que nunca, reconhecem como *inimitavel e inexcedível* (p. 177-178).

Relatos como esses nos permitem concordar com Foucault (1998, p. 44) na afirmação de que todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que trazem consigo. Afinal, *sabemos que o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto de desejo; (...) não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar* (Foucault, 1998, p. 10).

Eles permitem visibilizar a distinção dada a discussão de métodos de ensino e de leitura, discriminando as diferenças presentes em uma *suposta* unidade, como as classificações mais comumente dadas à época a esses métodos[6].

No ano de 1915, 126 trabalhos entram em concorrência para serem adotados, sendo esse número considerado bastante expressivo pelo Secretário do Interior e Exterior, Protásio Alves. Destaco mais uma vez a presença da *Cartilha maternal*, entre os livros apresentados para exame e adoção (Relatórios, 1916).

No relatório dos governantes de 1929, são apresentados os sete membros da nova *Comissão de Exame das Obras Pedagógicas*. Faziam parte dessa Comissão(Relatórios, 1929, p. 50): *Melchisedech Mathusalem Cardoso (desembargador); Emilio Kemp (diretor); Henrique Emilio Meyer (professor); João Alcides Cunha (professor); Olga Acauan (professora); Camila Furtado Alves (professora) e Maria Amorim (professora)*. Vale a pena ressaltar que a Comissão se absteve de aconselhar compêndios quanto a *lições de cousas*, não só por não ter se deparado com um livro adequado, mas também por julgar, principalmente, que essas disciplinas têm como fim proeminente,

> "(...) cultivar o habito de observação, a curiosidade e o amor á natureza. Vendo, tocando, ouvindo a realidade viva e animada,

[6] Os métodos de leitura costumam ser reconhecidos a partir de duas grandes "marchas": a sintética e a analítica. Para o método sintético a introdução à leitura começa por partes ou elementos das palavras, tais como letras, sons e sílabas, para depois combiná-los em palavras (Harris; Hodges, 1999, p. 185). Já para o método analítico, a introdução à leitura começa com unidades completas de linguagem e que, mais tarde são divididas em partes, como por exemplo, as sentenças em palavras ou as palavras em sons (idem, p. 182). O método analítico-sintético decorre do baralhamento dessas duas marchas.

> eis a mais acertada diretriz que se impõe o aprendizado dessas matérias de que se deve banir o uso exclusivo do compendio, notadamente nos primeiros annos de escola." (Relatórios, 1929, p. 101-102)

Quanto à indicação de cartilhas, é destacada a recomendação de uso do primeiro livro de leitura *Queres ler?*, identificado como de orientação *analítico-sintética* (p. 103) em relação de livros organizada por essa Comissão, enquanto a *Cartilha maternal* passa a ser identificada como de orientação *sintética* (idem), embora continue sendo indicada. Não só o primeiro livro *Queres ler?*, mas também outros livros de leitura ganham reconhecimento e indicação pela Comissão, por serem avaliados como obras que se integram às inovações da pedagogia moderna. Vejamos palavras textuais da Comissão:

> "Para a aprendizagem da leitura inicial, recommenda a Commissão o 1° livro 'Queres ler?', baseado na processologia dos methodos analyticos hoje universalmente adoptados.
> Em seguimento ao estudo do 'Queres ler?' e da 'Cartilha Maternal' de João de Deus, aconselham-se os livros de leitura do prof° Firmino Proença, proscrevendo-se o 'Segundo livro' por um professor, até aqui adoptado.
> Desde a feitura material, com illustrações adequadas, papel, typo de lettra, conforme aos preceitos de hygiene escolar, até a escolha os assumptos apropriados aos interesses da idade infantil, os livros da serie Proença satisfazem plenamente as exigências da didactica moderna" (Relatórios, 1929, p. 102).

Segundo Oliveira (1998, p 51), João de Deus criou um sistema que *só admite palavras e não sílabas soltas, geralmente incertas e ilegíveis.* Conforme parecer dado ao primeiro livro *Queres ler?* (Acauan; Souza, 1937, p. XI), este é orientado pelo método da palavração. Tal livro é uma adaptação da *Quieres ler?,* do autor uruguaio José H. Figueira. Ou seja, tanto a *Cartilha maternal* quanto o primeiro livro *Queres ler?* seriam coerentes com os métodos de orientação analítica. Entretanto, podemos constatar que a vontade de verdade ganha suportes institucionais para se posicionar, refutar e inventar novas *interpretações* de doutrinas e métodos. Por isso, a *Cartilha maternal* passa a ser reconhecida pela Comissão como aquela que possui uma orientação de leitura própria dos métodos sintéticos, enquanto o primeiro livro *Queres ler?* se distingue como de orientação analítica, estando, então, plenamente coerente com as últimas inovações pedagógicas desse período. Isso pode ser confirmado com o registro de uma nova visita à capital uruguaia. O Diretor Geral de Instrução, Julio Lebrun,

informa que *mandou-se em missão de estudo, uma commissão de professores na Republica Oriental do Uruguai, afim de estudar o mecanismo da leitura pelo methodo analytico* (Relatórios, 1929, p. 301). Tais efeitos do discurso nos permitem considerar que ele *tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização (...) e que é por sua natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política* (Foucault, 1986, p. 137).

O discurso como unidade e dispersão

Em *A ordem do discurso,* livro que orientou em muito as análises feitas neste estudo, Foucault (1998, p. 8) nos refere sua dificuldade em *tomar a palavra*, identificando diversas vozes do discurso e da enunciação que o precederam. Com base nesses argumentos é que tomo a palavra para apresentar sujeitos e vozes dos discursos, ousando materializar acontecimentos discursivos e suas articulações e questionando algumas vontades de verdades. A análise de alguns dos procedimentos presentes nos discursos dos relatórios de instrução permitiu vislumbrar estratégias governamentais de controle da adoção da *Cartilha maternal* e suas *contrafacções*, assim como o deslize para a adoção de um novo livro de leitura, *Queres ler?*, justificados nas interpretações que esse mesmo governo fez das inovações nas orientações metodológicas do ensino da leitura.

Mantive a apresentação temporal dos relatórios ao longo do texto, para dar visibilidade à predominância de algumas vozes, bem como para destacar como foram constituídas as rupturas, as descontinuidades e a permanência de certos discursos. Ao mesmo tempo que aparece a *unidade* do projeto pedagógico para a Instrução Pública gaúcha em diversas vozes, aparece sua *dispersão* ante contingências que demandavam a criação de novas estratégias para a implementação desse projeto político.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil:império: a corte e a modernidade no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERRARI, Alceu R. Analfabetismo no Rio Grande do Sul: sua produção e distribuição. *Educação & Realidade.* v. 16 , n.1, p. 3-30, jan/jun. 1991.

FOUCAULT, Michel. O enunciado e o arquivo. In: FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense, 1986. p. 87-151.

___. *A ordem do discurso.* São Paulo: Loyola, 1998.

GERALDI, Joaõ Wanderley. *Portos de passagem.* São Paulo: Martins Fontes, 1993.

HALL, Stuart. Significado, representation e ideolgía: Althusser y los debates posestructuralistas. In: CURRAN, James; MORLEY, David; WALKERDINE, Valerie (eds.) *Estudios culturales y comunicácion.* Barcelona: Paidós, 1998. p. 27-61.

HARRIS, Theodore L.; HODGES, Richard E. *Dicionário de alfabetização: vocabulário de leitura e escrita.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. O "método João de Deus" para o ensino da leitura. *Leitura: teoria & prática*, v.15, n. 27, p. 24-50, jun. 1996.

O'BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 33-62.

OLIVEIRA, Cátia Regina G. A. de. João de Deus, a Cartilha Maternal e o ensino de leitura em Portugal. *História da Educação.* ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, (4): 49-56, set. 1998.

SLACK, Jennifer Daryl. The theory and method of articulation in cultural studies. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (eds.) *Stuart Hall: critical dialogues incultural studies.* London: Routledge, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de. O espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. *O legado educacional do século XIX.* Araranquara: UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

Fontes consultadas

ACAUAN, Olga; SOUZA, Branca Diva Pereira de. *Queres ler?: primeiro livro.* Porto Alegre: Livraria Selbach, 1937.

ATAS das sessões do Conselho Diretor de Instrução Pública, 1869-1871; 1871-1873; 1873-1896). [Livros de registro: Cotas I-053; I-054 e I-055 do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.]

DECRETO nº 89, de 2 de fevereiro de 1897. Reorganiza a instrução primária do Estado.

DECRETO nº 239, de 5 de junho de 1899. Aprova o programa do ensino elementar e complementar.

DECRETO nº 874, de 28 de fevereiro de 1906. Reorganiza o serviço de instrução pública do Estado.

DECRETO nº 1.746, de 24 de junho de 1911. Extingue a Inspetoria Geral de Instrução Pública e constitui da respectiva Secretaria uma nova diretoria para a Repartição Central, com a denominação de 3ª.

DECRETO nº 2.732, de 13 de janeiro de 1921. Cria uma comissão permanente para o exame das obras pedagógicas.

DECRETO nº 3.898, de 4 de outubro de 1927. Expede novo regulamento da Instrução Pública.

DEUS, João de. *Cartilha maternal ou arte da leitura.* Publicada por Candido J. A. de Madureira, Abbade de Arconzello. 1 ed. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1876.

____. *Cartilha maternal.* Lisboa: Bertrand Editora, 2000.

RELATÓRIOS apresentados ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1896–1929.

Iole Maria Faviero Trindade é Doutora em Educação pelo PPGEdu/UFRGS e Professora Adjunta da FACED/UFRGS. Atua na linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação do PPGEdu/UFRGS. Endereço para correspondência:
Rua Murá, 171
91770-570 – Porto Alegre – RS.
E-mail: ioletrin@terra.com.br
http://www.ufrgs.br/faced/pesquisa/pitdre/index.htm
http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria